

Especificidades do primeiro romance gaúcho: um estudo de *A divina pastora*

(Specificities of the first gaucho novel: a study on *A divina pastora*)

Ivânia Campigotto Aquino¹

¹Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Curso de Letras – Universidade de Passo Fundo (UPF)

ivania@upf.br

Abstract: The Brazilian literature is characterized by novels that represent the historical events that occurred in Brazil at different times. In the specific case of Rio Grande do Sul, the relationship between literature and history is presented as an ongoing project of fiction. This relationship appears in the first Gaucho novel: *A divina pastora* by Caldre e Fião, published in 1847. Although it was published more than one century ago, critical studies on the novel are still very limited. In the proposed work, we present a study on this work aiming at describing the trajectory of its literary context in Brazil, analyzing the speech of the narrator and investigating the transposition of historical facts for the fictional narrative. Caldre e Fião wrote *A divina pastora* at a time when the novel was starting to be considered as a genre in Brazil. For this reason, there is a style quite distanced from what is observed in the evolution of the writing of novels. Among the features of the style, there is the insistent inclusion of footnotes explaining words particular to Gaucho Portuguese, for instance, situations and behaviors peculiar to gaucho people, characteristics of the land, the climate, the topography, and historical facts. This gives a structure to the didactic novel, while “diving off”, effectively, into the fictional universe.

Keywords: gaucho novel; Brazilian literature; Literary criticism.

Resumo: A literatura brasileira é marcada por romances que representam fatos históricos do país ocorridos em épocas diversas. No caso específico do Rio Grande do Sul, a relação com a história se apresenta como um projeto contínuo da ficção. Essa relação surge já no primeiro romance gaúcho: *A divina pastora*, do escritor Caldre e Fião, publicado em 1847 e com estudo crítico ainda muito limitado. No trabalho ora proposto, apresenta-se um estudo dessa obra, com os objetivos de relatar sua trajetória no contexto literário brasileiro, analisar o discurso do narrador e investigar a transposição de fatos históricos para a narrativa ficcional. Caldre e Fião escreveu *A divina pastora* numa época em que o romance ainda principiava como gênero no Brasil. Por essa razão, encontra-se um estilo bastante distanciado do que se verifica na evolução da escritura dos romances. Dentre as características do estilo, há a inclusão insistente de notas de rodapé a explicar vocábulos próprios da linguagem gaúcha, situações e comportamentos peculiares ao povo, particularidades da terra, do clima, do relevo, fatos históricos. Isso confere uma estrutura didática ao romance, sem deixar de mergulhar, efetivamente, no universo ficcional.

Palavras-chave: romance gaúcho; literatura brasileira; crítica literária.

A trajetória histórica da obra

A divina pastora é o primeiro romance gaúcho. Caldre e Fião, seu autor, nasceu José Antonio do Vale, vindo a se autodenominar Caldre e Fião depois de ser conhecido pela escritura da obra – 1849. Segundo Reverbel (1992, p. 237), “em fins de 1849, ele acrescentaria ao nome de família os apelidos Caldre e Fião, palavras de feição inusitada, mas com raízes na toponímia lusitana”. É o primeiro livro de ficção do escritor, tendo sido publicado em 1847. Pouco tempo depois – 1851 – Caldre e Fião publicou *O corsário*.

Caldre e Fião era um gaúcho que vivia na corte, no Rio de Janeiro, e foi lá que publicou sua primeira obra. A primeira edição se manteve como única até o ano de 1992, quando a RBS – Rede Brasil Sul de TV –, através da Editora L&PM, promoveu a segunda, com a contribuição do professor Flávio Loureiro Chaves, que fez o ensaio crítico, notas e fixação do texto, e do jornalista Carlos Reverbel, que fez o ensaio biográfico.

O fato de a segunda edição da obra ter demorado tanto tem a ver com a história incrível que cerca esse romance devido ao seu desaparecimento. Havia notícias de que ele existia, porém não se conseguia encontrar nenhum exemplar. Guilhermino Cesar bem que o tentou quando pesquisou a literatura gaúcha para escrever o livro *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, publicado em 1956, todavia não o localizou. Por isso, na introdução de sua obra, fez um apelo aos leitores, como mais uma tentativa de encontrar o romance perdido:

E o que me pesa é ainda ter escrito esta história antes de encontrar, após alguns anos de afanosa busca, certos livros de alto valor documental ou histórico. Por exemplo, não consegui sequer localizar o primeiro romance rio-grandense, *A Divina Pastora*, de Caldre e Fião, sem embargo de ter feito o impossível para isso. Espero que algum leitor magnânimo me dê esse prazer. (CESAR, 1971, p. 22-23)

Tempos depois, a história do livro toma outro rumo. O responsável pela mudança foi o livreiro Adão Fernando Monquelat, de Pelotas, Rio Grande do Sul, talvez um leitor sensibilizado por Guilhermino. Ele se deparou com um exemplar do romance em Montevideu, no Uruguai, e o resgatou. Pode ser o único exemplar da primeira edição, pois, caso exista algum volume em algum acervo, no Brasil, ainda não se tornou público. Flávio Loureiro Chaves, no seu texto que consta da segunda edição do romance, diz que por 145 anos foram inúteis os esforços de bibliófilos e pesquisadores para encontrar *A divina pastora*.

Caldre e Fião escreveu *A divina pastora* numa época em que o romance ainda principiava como gênero no Brasil. Por essa razão, encontramos um estilo bastante distanciado do que verificamos na evolução da escritura dos romances, como a inclusão insistente de notas de rodapé explicando vocábulos próprios da linguagem gaúcha, situações e comportamentos peculiares ao povo, características da terra, do clima, do relevo, fatos históricos. Essa construção confere uma estrutura didática ao romance, sem deixar de mergulhar, efetivamente, no universo ficcional.

Uma estrutura assim revela o processo de aprendizagem da construção do gênero romance em nosso país. Em 1847, fazer prosa literária era ainda experiência muito recente no Brasil. E a história da literatura brasileira nos mostra que o Brasil, Estado-nação jovem quando o gênero se iniciou, ainda demoraria para encontrar sua forma no romance. Só com Machado de Assis é que amadureceu, ficou pronto. Por conta disso, provavelmente, *A divina pastora* revele uma certa imaturidade do gênero, mostrando uma falta de separação entre os campos da arte e história do real.

Ao dirigirmos nosso olhar para o processo de construção do gênero, o que encontramos nessa obra, em termos de estrutura e de conteúdo informativo, pode ser um defeito em relação ao paradigma do romance do mundo urbano plenamente configurado. No entanto, é preciso dirigir-lhe o olhar de uma perspectiva histórica: quando ele foi escrito, lia-se de tudo e havia poucos livros para se ler num Brasil que ansiava por construir seus

próprios padrões culturais. Nesse sentido, o romance, que seria um espaço para narrar, também servia de espaço para dissertar, opinar, informar. Além disso, notemos que, pela descrição do espaço, pelo uso do nome “pastora” e pela construção das personagens, especialmente as femininas, o romance também se caracteriza pelo aspecto pastoral, tributário da tradição classicista pré-romântica.

O tempo histórico da obra é o da Revolução Farroupilha, episódio histórico do Rio Grande do Sul ocorrido de 1835 a 1845. No cotejo dessa imagem do passado, há uma visão sobre o modo de ser da sociedade da província de São Pedro do Rio Grande naqueles tempos, incluindo os recém-chegados imigrantes alemães, uma descrição da paisagem, um desenho dos caminhos de acesso que formavam a região compreendida entre São Leopoldo e Porto Alegre, bem como uma exaltação à bravura, à consciência de nacionalização e à virtude dos habitantes da Província.

Nesse sentido, é um romance escrito sobre o presente na época, visto que a escritura acontece quando as coisas ainda existem e o tempo dos fatos históricos representados, embora represente alguns anos antes, é o tempo de existência do escritor. Assim, diferencia-se do romance histórico, tipo de narrativa que traz algo não experimentado pelo autor, algo que não é do seu tempo.

Predominam no enredo as ações de pessoas de origem lusa, porém, atento ao novo que se apresentava no processo de colonização da terra, dado pelos germânicos ali instalados há pouco mais de vinte anos, o autor coloca uma família de imigrantes em relação direta com as personagens do plano principal, como o Almênio, um destemido guerreiro farroupilha, e Edélia, a própria divina pastora. Nesse sentido, observamos que o pouco tempo da presença alemã na província rio-grandense já havia sido suficiente para, na visão de Caldre e Fião, os alemães serem considerados moradores integrados ao Sul tanto quanto os demais. Assim, o primeiro romance gaúcho, e um dos primeiros nacionais, já representa o imigrante alemão como parte integrante da sociedade e do espaço territorial do Rio Grande do Sul, iniciando, dessa forma, uma temática bastante desenvolvida na produção ficcional gaúcha: a imigração e a colonização.

A divina pastora é Edélia, uma jovem muito bela e idealizada em sua bondade, que ocupa a centralidade da história e tem, no início, um romance com Almênio, a personagem masculina principal. Almênio é um tenente republicano que, depois de uma revisão de consciência, resolve passar para os lados dos imperiais. Assim Almênio explica a sua mudança: “Entre no exército do Imperador, liguei-me à causa da minha pátria, porque a liberdade não está naquele que a pronuncia todos os dias mas no mais reto e naquele que sabe melhor fazer respeitar e sustentar os seus deveres e os seus direitos” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 144). Caldre e Fião, a julgar pelo seu romance, posiciona-se contrário aos ideais e à luta dos revolucionários farroupilhas. Assim, promove essa passagem de Almênio do lado dos farroupilhas para o lado dos imperiais, tratando isso como uma atitude correta, que eleva o caráter do guerreiro, uma vez que reconhece o dever e o direito de lutar pela sua pátria, no caso o Brasil.

A questão da imigração no romance

No grupo das personagens principais também está a alemã Clarinda. Ela atua na história como definidora do rumo da relação amorosa entre as personagens principais,

Edélia e Almênio, ocupando o lugar da protagonista no coração do militar, vindo a casar-se com ele. O autor ainda atribui importância aos imigrantes alemães pela apresentação que faz da família do velho Hendrichs, das menções a Werner, açougueiro em São Leopoldo, da presença de Rosinha, moradora de São Leopoldo, a qual também nutre o desejo de casar-se com Almênio, e da incorporação, ao enredo principal, de uma história narrada por Almênio sobre um menino campeiro punido por um alemão proprietário de terras nas redondezas de São Leopoldo. Segundo o episódio narrado, esse alemão, dono de um terreno sem cerca, mas divisado por ele, considera uma invasão indevida a entrada de um menino de nove anos em suas terras para campear o gado de seu patrão e manda açoitá-lo cruelmente. Anos mais tarde, o menino, que já se tornara um homem, volta ao local para vingar-se, matando o seu agressor.

Apesar da importância evidente de todos os assuntos abordados no romance, destacamos, neste texto, o mundo germânico nele presente. Para tanto, foram selecionadas cinco categorias de análise: Família, Trabalho, Religião, Espaço e deslocamento e Contatos. Objetivamos, assim, compreender a visão do autor acerca da formação do estado do Rio Grande do Sul.

Família

Caldre e Fião coloca-nos diante de uma família alemã de origem nobre que se fixa em São Leopoldo e passa a viver na maior simplicidade possível, integrando-se sem demora ao meio, também simples.

A família é a Hendrichs, constituída pelo pai, a filha Clarinda e o filho Antonico. A mãe já havia morrido, estando os filhos, portanto, a cargo do pai. Contudo, não lhe davam maiores trabalhos, pois eram “ambos parcos pela boa educação recebida” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 158). Emigrados da Prússia, Hendrichs era “amigo e companheiro de dois grandes reis da Prússia, tinha sido galardoado com o título de Marquês e servira com uma devoção nobre e sem exemplo” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 85). Vítima de intrigas, entrou em conflito com seu amo, razão por que julgou por bem expatriar-se com sua família e seus poucos bens. Já estabelecido em São Leopoldo, esqueceu-se da vida na corte e passou a se dedicar à vida e educação de seus dois filhos.

Os germânicos imigrados não eram nobres. Nobreza também não era a experiência da província. Então, por que Caldre e Fião apresenta a família Hendrich com essa característica? Talvez essa questão esteja relacionada com o fato de o autor, ao escrever o romance, estar na corte, no Rio de Janeiro, exercendo sua profissão de médico e com boas relações com os intelectuais, portanto, mais próximo do imperador e ciente de que seria lido por lá, que era o centro cultural de então. Por isso, de acordo com as características do gênero romance na época e do contexto em que vivia, fala de nobreza.

Culturalmente, atribuem-se à nobreza os melhores conceitos de civilidade. No Brasil da época de Caldre e Fião, a corte representava a civilidade e o Rio de Janeiro abrigava modas, hábitos e costumes europeus, distinguindo-se marcadamente das províncias, como registra Schwarcz (1999, p. 111): “A corte se opõe à província, arrogando-se o papel de informar os melhores hábitos de civilidade, tudo isso aliado à importação dos bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses”. Nesse sentido, é bem possível que o escritor tenha imposto para si a tarefa de justificar sua origem provincial, apresentando

o Rio Grande do Sul como um espaço civilizado e afinado culturalmente com a corte. Logo, apresentar personagens que pertencem à nobreza prussiana é, além de livre criação do autor, uma forma de considerar na história uma discussão em aberto na corte brasileira, ainda bastante recente, de elevar os níveis social e cultural da população. Afinal, dom Pedro II pretendia que seu Império fosse quase europeu (SCHWARCZ, 1999, p. 117).

Ora, caracterizando os alemães assim, o autor sugere que, com a imigração, o imperador dava um importante passo rumo à transformação da nação, pois a experiência europeia estava a se misturar com a dos nativos, podendo influenciá-los no modo de ser e de viver. A verdade é que a nação brasileira ainda era considerada bárbara aos olhos europeus, especialmente aos ingleses, porque se mantinha o tráfico de escravos, “imagem esta bem oposta à feição civilizada que o Império brasileiro sempre procurou passar” (SCHWARCZ, 1999, p. 101). Portanto, apesar da vontade de dom Pedro II, o Brasil estava longe de ter a pretendida nobreza nos moldes europeus.

Na primeira referência a Clarinda, Caldre e Fião sugere algumas características familiares que orientavam a relação entre pai e filha, do que podemos depreender o anúncio de comportamentos construídos segundo um padrão educacional de nobres, por certo idealizado, que faz da jovem um modelo de heroína romântica:

[...] virgem que levantara-se aos primeiros anúncios da aurora e aos cantos do canário que cativara com seus lacinhos de retrós e que conservava em gaiola de arame feita pelas destros mãos de seu pai. Era Clarinda. Bela como a beleza, dardejava, sem querer, a vida, o encanto e o prazer a todos os entes e ainda mesmo aos insensíveis. (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 31)

Ao se dirigir, bem cedo, para o vale do moinho pela planície, ao convite do rumor das águas, ela se depara com Almênio, sendo tomada de imediato por sentimentos desconhecidos. Fica apaixonada, sente o amor despertar e, pela relação harmoniosa com o pai, confia-lhe o que se passa em seu íntimo. Assim é narrado: “dirigiu-se pois a ele, e abriu-lhe o mais recôndito interior de seu coração. Hendrichs já tinha, antes de ouvi-la, tudo adivinhado” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 31).

Almênio é um rapaz “magro, de longos cabelos louros caídos em cachos sobre seus ombros” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 29). Nascendo o amor também em Almênio, este passa a visitar a casa e a ter momentos de convívio com os moradores. O narrador, em certo momento da história, retrata o pensamento de Almênio relativo à família de Hendrichs: “Seria feliz, se unir-se pudesse, em laços sagrados e indissolúveis, a essa família nobre, honrada e sem a menor mancha do aviltado opróbrio” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 68). Essa família logo o considera um novo filho, dispensando-lhe o amor e o carinho próprios de uma relação dessa natureza.

Tanto entre o pai e Clarinda como entre estes e os demais habitantes do local, a língua usada pelos alemães no romance é o português padrão. Portanto, não é mencionado qualquer problema relativo à comunicação verbal entre as personagens em ação. O elemento linguístico é, pois, um dos indicadores da assimilação, imaginada pelo romancista, da família imigrante à sociedade gaúcha.

Outro elemento a sugerir a assimilação é a comida servida na casa de Hendrichs. Em certa ocasião, ocorre um almoço típico gaúcho: “[...] Clarinda punha o almoço sobre a mesa, que compunha-se de churrasco, de um frango ensopado, de algumas ervas, de

abóbora com leite e do indispensável mate. Era uma refeição frugal, um alimento rio-grandense” (CALDRE e FIÃO, 1992, p.80). Também o mate, bebida tradicional dos gaúchos, é um hábito na casa do velho Hendrichs. Clarinda o serve a Almênio na primeira visita que este lhes faz. Diz o narrador que “ela obedecia aos usos do país hospitaleiro que recebera em seu seio sua exilada família” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 35).

Nessa família, a filha aprende dotes artísticos comumente repassados às moças de famílias mais refinadas, como o desenho e o bordado. Ao apresentar-se por esses meios ao futuro marido, Clarinda expõe uma leitura de importantes regiões e fatos históricos do Rio Grande do Sul na época. Dentre os quadros, há um desenho que representa a cidade de Porto Alegre submetida à Revolução Farroupilha, contendo a inscrição *Dia 15 de junho de 1836 – Reação contra os rebeldes*. Em outro encontra-se a vila de Rio Pardo, com seus rios Jacuí e Pardo, também em momento de guerra, quando, em 30 de abril de 1838, o exército brasileiro, comandado pelo marechal de Campo Sebastião Barreto Pereira Pinto e pelos brigadeiros Calderon e Cunha, foi derrotado pelo exército republicano rio-grandense, que estava a mando do general Neto e do brigadeiro Bento Manoel Ribeiro. Outro mostra a cidade do Rio Grande, com seu porto, suas poucas ruas, a população e a igreja de São Pedro; ainda outro, incompleto, representa as Missões. Nisso está sugerida mais uma evidência de que os alemães, no modo de pensar do autor, interessavam-se, com empenho, pelas coisas daqui, valorizando-as e interpretando-as.

Trabalho

Pelos discursos do velho Hendrich, a ideia de trabalho é relacionada à de dever. Uma referência disso é a passagem em que, prestes a casar-se com Clarinda, Almênio, ainda na casa da noiva, recebe esta ordem:

Por ordem de Sua excelência, o Sr. General Comandante-em-Chefe do Exército, tem o corpo a meu comando de marchar para a fronteira, a fim de entrarmos em operação com as forças rebeldes; o que comunico a Vossa Mercê para apresentar-se quanto antes neste quartel e seguir o dito destino com a sua companhia. (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 165)

Para se apresentar e lutar pelas tropas imperiais, que era o seu trabalho no momento, visto ser um capitão do exército, Almênio ouviu estas palavras do alemão: “todo homem está subordinado ao dever; e o dever do soldado lhe impõe a obrigação de correr imediatamente ao primeiro grito da pátria em perigo; aquele que não satisfaz o dever não tem jus aos privilégios e garantias que a ele seguem” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 166). A esse dever ficavam submetidas outras vontades e até mesmo o dever de família, ao qual assim se refere o Hendrichs: “A família está contida na pátria!” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 166), que quer dizer, naquelas circunstâncias, no trabalho.

Essa vinculação do dever (trabalho) ao chamado do exército pode ser entendida como um elemento que caracteriza a construção da personagem Hendrichs, porque é oriunda de um estado germânico (Prússia) no qual o exército era forte e bem constituído, e, ainda, participava da nobreza, a quem o exército servia.

Não há maiores referências ao trabalho alemão no Brasil. A família Hendrichs vive no povoado, onde cultivava uma horta para uso próprio. Não são apresentados nem

como colonos, nem como artesãos, apesar de serem essas as categorias que mais se sobressaíram dentre os primeiros imigrantes que se fixaram em São Leopoldo.

Religião

O casamento de Clarinda com Almênio fornece-nos a informação de que a família alemã segue a religião católica. É o vigário da vara de Porto Alegre, cônego Thomé Luiz de Sousa, quem dá a licença, em nome do Juízo Eclesiástico, para os dois se casarem. No contexto histórico da época, em São Leopoldo isso era uma exceção, pois a religião mais seguida pelos imigrantes germânicos era o protestantismo.

Num dos quadros feitos por Clarinda, mostrado ao noivo em sua casa, está a pequena cidade de Rio Grande, com sua praia, navios, muitas pessoas circulando e a igreja de São Pedro, de onde sai uma família, “mostrando em suas faces a mais pura hospitalidade que caracteriza os bons habitantes deste lugar e os torna amados de todos os estrangeiros” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 163). Podemos perceber que essas características atribuídas às pessoas rio-grandenses representadas ligam-se ao seguimento e à prática da fé católica, segundo a leitura da personagem Clarinda, que as fixa em seu trabalho artístico.

Numa construção idealizada, uma cena de devoção acentua a fé católica familiar. Almênio sai da casa do velho Hendrichs para cumprir ordens do Exército Imperial de lutar na fronteira contra os farroupilhas. Nesse momento, a jovem alemã ajoelha-se em frente a uma imagem de Jesus Cristo crucificado, faz preces e chora, no que é acompanhada pelo seu pai. Esse comportamento pio reflete-se na postura da família, cujas pessoas são, sempre, dedicadas uma às outras, convivendo em harmonia e cultivando um clima de respeito e apoio mútuos.

Aos de fora também são dispensadas essas atitudes, na medida em que são bem tratados os que chegam àquela casa. Mesmo quando o visitante demonstrava não ter caráter, o velho Hendrichs, ainda que seja de seu direito praticar algum ato de justiça, apela à religião para que seja concedido ao aventureiro um castigo merecido. Assim o faz quando Francisco, conhecido homem de má fé para com as famílias e, principalmente, com as moças, entra na casa dele. Apesar dos fatos, é tratado com cortesia, até que Ávila, o amigo da família, chega para uma visita de domingo, encontra-o e dispõe-se expulsá-lo dali à força, como castigo à audácia do famoso aproveitador. Então, o velho Hendrichs interfere: “– Deixai-o ir em paz e Deus que o julgue!” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 168).

O casamento dos jovens alemães Rosinha e Teodoro também é realizado dentro da religião católica, sob as bênçãos de um padre:

Eram dez horas do dia, depois da missa de Domingo, quando o Reverendo Pároco lançou a bênção nupcial aos dois noivos. Rosinha suspirou neste momento profundamente e Teodoro cheio de alegria levantou-se para abraçar sua esposa como se não acreditasse na felicidade que tinha, como se temesse que a realidade lhe fugisse. (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 156)

Existiam em São Leopoldo, além da igreja católica, que é a referência de fé das personagens, duas casas onde se realizavam os cultos protestantes. Por lei, na época do Império, os protestantes só podiam realizar seus cultos e outras cerimônias religiosas em casas particulares, não em templos como os que havia em seus reinos germânicos

de origem. Essas casas não podiam ter nenhuma sinalização de igreja (torre, sino, cruz), nenhum sinal externo de lugar de culto, o que era reservado à Igreja Católica. Tal determinação estava expressa na Constituição imperial, como explica Telmo Lauro Muller (1998, p. 246), que também transcreve o artigo da lei disciplinadora:

Antes de 1824 toda a Província professa a religião católica, a religião oficial estatuída no artigo 5º da Constituição Imperial de 25 de março de 1824: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casa para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”. Com esse artigo já foi confrontada a primeira leva de imigrantes, porque, dos 39 componentes 33 eram evangélicos.

Nenhuma personagem é protestante, ou seja, o catolicismo orienta a sua vida espiritual. Nesse sentido, seguem a oficialidade religiosa do país que os recebeu, sendo esse mais um dos elementos que os distanciam de conflitos com os luso-brasileiros. Além disso, a piedade com que agem no dia a dia faz com que sejam bons e amigos de todos.

Espaço e deslocamento

Os espaços principais onde os fatos narrados acontecem localizam-se em São Leopoldo e Porto Alegre, havendo deslocamentos para Viamão, Passo da Cavalhada e Belém Velho. No entanto, o espaço onde os alemães estão ambientados é apenas São Leopoldo.

Na primeira referência aos alemães há a apresentação realista de um espaço, a rua do Paço, onde havia um açougueiro chamado Werner. O narrador, no dia 10 de fevereiro de 1832, ao final da tarde, acompanha Rosinha, jovem alemã, até a vila: “No dia 10 de fevereiro de 1832, quando o sol declinava em sua marcha, vi a bela Rosinha, e acompanhei-a até São Leopoldo, onde morava, na Rua do Paço, de frente de um açougueiro chamado Werner” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 30).

Caldre e Fião inclui em seu discurso a explicação sobre a criação de São Leopoldo, retomando a história do local onde se fixaram, em 1824, os 38 alemães que deram início ao processo de colonização da província do Rio Grande de São Pedro, assistida, então, pelo governo imperial. O lugar chamava-se Feitoria do Linho-Cânhamo, mas, com a destinação das terras aos recém-chegados da Alemanha, passa a se chamar colônia alemã de São Leopoldo, por determinação do imperador dom Pedro I e em homenagem à imperatriz dona Leopoldina, sua esposa. O autor assim descreve a colônia:

Na margem oposta em que ela está assentada começam as habitações dos colonos alemães que, estendendo-se por uma vasta porção de terreno, vai terminar na encosta da serra geral e para as bandas do Fachinal e Pinhal, tomando o nome de Colônia de São Leopoldo. As línguas alemã e portuguesa são faladas simultaneamente até pela baixa classe do povo. Existiam aí, em 1834, duas casas destinadas ao culto particular do Protestantismo, da religião luterana; duas escolas alemãs, uma das quais frequentei pelo curto espaço de dois meses; e uma aula nacional. A indústria alemã, aí levada pelos colonos, prospera sem entraves, no meio de uma liberdade constante que é partilha dos brasileiros e que a ele bafeja agradavelmente. A agricultura, essa primeira mãe da felicidade dos homens, única e verdadeira riqueza dos estados novos, é exercida pelos seus habitantes e de seus contornos com admirável desenvolvimento. Entre alguns dos colonos, expatriados de sua

terra por motivos talvez bem justos, encontra-se uma pura e adiantada ciência; conversei com muitos que conheciam de perto as ciências físicas, as matemáticas, a história natural, as ciências morais e muitas aplicações desses conhecimentos abstratos aos usos da vida, como, por exemplo, um que tão bem me desenvolveu a causa da elasticidade dos gases e de sua aplicação às máquinas de navegação e outros princípios da mecânica que me maravilhou a ponto de acreditar ser ele, como apregoavam, filho de um conde alemão, cujo nome é bem conhecido nos gabinetes políticos da Europa. (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 153)

Essa descrição pormenorizada ainda inclui a localização geográfica da vila, à margem do rio dos Sinos, quinze léguas acima da boca que o deságua no Guaíba. Suas casas são de estilo gótico, possui uma pequena igreja católica (notemos a referência ao espaço usado pelos protestantes, as casas, como foi mencionado no item anterior: “Existiam aí, em 1834, duas casas destinadas ao culto particular do Protestantismo, da religião luterana”). Não há edifícios públicos e caracteriza-se pela simplicidade e alegria.

Num dos momentos da narrativa em que o autor se preocupa mais com o real do que com a ficção, confirmando o caráter didático que convive com a imaginação na história construída, Caldre e Fião faz uma nota de rodapé para acrescentar dados referentes a São Leopoldo:

Esta povoação foi elevada à categoria de vila em virtude da lei provincial nº 4 do 1 de abril de 1846, cujo Projeto foi apresentado sob nº 7 à Assembleia Provincial desse mesmo ano, assinado pelos deputados – J. Rodrigues Fagundes, Dr. Luís da Silva Flores, Patrício Corrêa da Câmara, Manoel José de Freitas Travassos Filho, Jacintho da Silva Lima, Oliveira Bello, João Capistrano de Miranda e Castro, Ignacio Joaquim de Paiva Freire de Andrade. (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 153)

Como mencionei no início deste capítulo, a existência de tantas notas do autor a explicar o mundo real sobre o qual ele assentou a sua história imaginada revela que *A divina pastora* é uma forma imatura de romance do ponto de vista da fidelidade histórica. Há uma indistinção entre ficção e jornalismo ou texto informativo, algo eloquente da sua condição, da maturidade ou imaturidade do sistema, da recepção.

Na vila enfocada no romance mora a família Hendrichs, a principal de origem alemã representada nessa narrativa, para a qual Almênio se dirige quando ainda guerreiro farroupilha e, adormecido, é encontrado pela jovem Clarinda próximo do moinho. Acolhido na casa do velho alemão, este o convida a repousar e subtrair-se à perseguição de um grupo de caramurus – soldados do imperador.

A casa fica no topo de um grande morro e parece ser simples, como o são os seus moradores. É pequena e tem uma laranjeira e uma horta, “onde couves, alfaces e ervilhas recebiam a pequena cultura de seus habitantes” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 34). Nada ali excede ao necessário, representando a sobriedade do estrangeiro que acompanha a colonização alemã. Os móveis também são simples e mostram um gosto diferente, esquisito. Chamam a atenção dos que ali entram a boa ordem dos objetos e o asseio do lugar.

O lugar dos imigrantes fica, como vimos, restrito a São Leopoldo, que se apresenta com a arquitetura e a organização dada pela cultura dos alemães. A atmosfera que por ali paira, no entanto, não é um exclusivismo dos estrangeiros, pois suas relações são

construídas com os luso-brasileiros e os modos de ser de ambas as etnias se aproximam e se harmonizam.

Há registros da década de 1830 que confirmam um número expressivo de famílias de brasileiros compondo a população de São Leopoldo. Tomemos os dados que Marcos Justo Tramontini registra em seu livro *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*, de 2003, no qual faz descrições da povoação na primeira metade dos anos 30. Do ofício que o piloto Miguel Gonçalves dos Santos envia ao presidente da província em 1833, quando lá está trabalhando na medição e coordenação do arruamento da povoação, retira a informação de que São Leopoldo contava

[...] com 108 casas brasileiras, das quais 86 estavam arruadas e 22 eram dispersas, e 113 casas de alemães, com 90 arruadas e 23 dispersas, possuía ainda uma igreja católica e outra protestante, oficinas com muito bons mestres, na povoação, e bons lavradores, na colônia. Chamam atenção os dados que afirmam ser expressiva, na povoação, a população de “nacionais”. (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 208)

Contatos

O contato dos alemães com as pessoas originárias do local é revelador de integração harmoniosa, visto que são corteses, admiradores dos comportamentos dos outros e desprovidos de preconceitos. No reencontro de Almênio e Clarinda observamos isso: “Clarinda apenas viu que os dois cavaleiros se tinham apeado junto à sua casa e reconheceu Almênio, correu para ele e precipitou-se em seus braços, apertou-o com efusão de ternura e deu-lhe um beijo na face” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 157).

O pai de Clarinda, Hendrichs, caracterizado como um generoso ancião, não cultiva nenhum preconceito em relação ao brasileiro Almênio, fazendo questão que sua amada filha se case com ele: “– Meu pai me ensinou a amar-vos. [...] Ele me assegurou que havíeis de ser meu marido” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 157). O próprio Hendrichs, aproximando-se dos dois que estão abraçados, diz:

– Meus filhos! [...] Deus vos lance a sua santa bênção! Deus vos guie à virtude que unicamente faz a felicidade da gente! Vinde para o nosso teto que ansioso vos espera, porque ele se tem acostumado a ouvir os vossos nomes ligados um com o outro! Vinde, meus filhos! Minha testa enrugada se expande pela alegria que me causa a vossa felicidade. (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 157-158)

Assim, o casamento interétnico, de Clarinda com Almênio, é motivo de completa felicidade para a família alemã. Na casa de Bernardo, pai do noivo, é feita a festa, que dura três dias e para a qual é convidada toda a vizinhança. Incluindo na comemoração uma forma típica do gaúcho se divertir, realiza-se um fandango, proporcionando, assim, grande alegria a todos. Clarinda, “a inocente menina filha do velho Hendrichs, que neste dia solene havia dado a mão de esposa ao generoso Almênio” (p. 206). Almênio, por sua vez, “era feliz havendo realizado o pensamento mais nobre de sua alma, isto é, casando com a interessante Clarinda” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 206).

Clarinda é uma mulher virtuosa, inocente, terna, caridosa, como outras personagens românticas da nossa literatura. Com esses atributos, seus contatos são sempre ami-

gáveis, seja ao receber amigos, seja ao colocar-se ao lado de Edélia, que sofre na solidão, mesmo sabendo que esta ama Almênio.

Com Edélia constrói fortes laços de amizade, a ponto de visitá-la, com o marido e a filha, na aldeia onde passou a morar depois de se decidir pela reclusão em virtude da não-realização no amor. Chega a organizar, juntamente com Almênio, uma festa de aniversário para Edélia, para a qual todos da aldeia foram convidados, até mesmo o sacerdote, que reza missa para a aniversariante. Nessa ocasião, Clarinda distribui “chitas e algodões tecidos para roupa, ajuntando em nome de sua filhinha brincos, lenços de seda e muitos objetos miúdos às raparigas e outros aos rapazes” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 231). Isso tudo é doado aos pobres da aldeia, num gesto caridoso da alemã.

Edélia reconhece em Clarinda a sua melhor amiga e do velho Hendrichs recebe também muita atenção. Este, numa atitude típica de quem se sente familiar, visita-a na aldeia. Vendo todas as obras que Edélia faz no local, tanto de estrutura quanto de caridade, diz-lhe: “– Deus vos recompense, minha menina, por todos os vossos atos... Ele há de recompensar-vos... Há de lançar-vos a sua infinita e misericordiosa benção...” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 232). Filha e pai, assim desprendidos de interesses, demonstram serem exemplos de pessoas regradas pela sinceridade, humildade e altruísmo, sendo guiados por uma forte religiosidade que os leva a se empenharem a estar em conformidade de sentimentos com os outros.

Rosinha é outra alemã moradora de São Leopoldo. Veio a nutrir também amor por Almênio, que esperou – “– Dois anos, cinco meses e dois dias! Tanto te esperei! Pensei que não voltasses!” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 154) –, mas não se revolta diante da opção do gaúcho de casar-se com outra sua patriciã. Mostra-se compreensiva e deseja o bem do casal. Essa jovem alemã também é virtuosa e sua família deseja que se case com um moço alemão de sua aldeia. Como Almênio se casaria com Clarinda, Rosinha aceita o apelo dos pais e casa-se com Teodoro. A festa realiza-se na casa do alemão Asmus.

O sobrenome Asmus faz referência direta a pessoas que de fato existiram na colônia. Carlos Henrique Hunsche, em seu livro *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*, registra que chegou a São Leopoldo em dezembro de 1825, avulso, João Frederico Asmus, que fora chamado para ser soldado do Império, mas foi recusado para o serviço militar. Então, servira como voluntário na Guerra Cisplatina em 1825.

A família do velho Hendrichs é amiga também dos Ávila, uma tradicional família de portugueses. O jovem Ávila é quem providencia a documentação para o casamento de Clarinda: “– Estão dadas as justificações, acudiu Almênio, o nosso amigo Ávila de tudo se encarregou, durante o tempo que esteve em Porto Alegre; eu fui esperá-lo perto da cidade e, quando veio, tudo trazia pronto” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 161). Chega à residência dos alemães em companhia de Almênio, quando este fica noivo de Clarinda. A confiança que se estabelece entre o Ávila e os Hendrichs é tamanha que este faz visitas, a pedido insistente de Clarinda, à família enquanto Almênio permanece lutando com as tropas imperiais, para as quais tinha sido convocado no momento em que acertava o casamento: “Vinde, senhor Ávila, disse Clarinda, tornar menos amarga a longa ausência do virtuoso Almênio” (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 166). Numa dessas visitas de domingo, surpreende o covarde Francisco, que chegara à casa dos Hendrichs com a intenção de se

aproximar como amigo para aproveitar-se da jovem filha, como já o fizera com tantas outras famílias. Dessa forma, Ávila passa a velar sobre a habitação de Clarinda.

O velho Hendrichs mantém bom relacionamento com o velho Ávila, pai do jovem Ávila; com o velho Lessa, antigo conhecido de Almênio; com Paulo, pai de Edélia, e com Bernardo, pai de Almênio, todos senhores de famílias tradicionais luso-brasileiras da região de Porto Alegre. Após a festa de casamento de sua filha, esses permanecem juntos, na casa de Bernardo, por mais alguns dias. Numa ocasião em que passeiam no campo, decidem fazer algo para simbolizar a sólida amizade que existe entre eles. É o alemão que sugere, para tanto, plantar árvores, e assim o fazem, dando ao local plantado o nome de “Pomar da Amizade” e, à estrada que conduz a casa, “Caminho dos Amigos”.

Se houve intenção do autor de representar a hostilidade a que o mundo real, possivelmente, assistia entre o estrangeiro e o nativo, ele julgou por bem distanciar o fato do enredo principal, fazendo aparecer como um caso desses “que se conta por aí”. Dessa forma, por meio de outro discurso, é formulado um conceito negativo sobre o alemão, ficando subentendidas as ideias de grosseria, de não-familiaridade com os costumes e códigos dos estancieiros gaúchos. Trata-se da história contada por Almênio sobre o menino de nove anos que entra nas terras de um alemão e é por este castigado:

– Se o vissemos, continuou Almênio, nós que somos Rio-Grandenses compreendê-lo-íamos e o respeitáramos; mas um estrangeiro!... Oh! Um estrangeiro não o podia compreender. Ele estava a serviço de um seu parente e, no empenho de recolher-lhe o gado que se derramava na extensão das planícies e matas, esforçava-se com o maior zelo em cumprir a sua missão. Um dia atravessou além dos marcos de divisa do campo de seu amo e penetrou na estância de um alemão. [...] O alemão estranhou-lhe um ato bem indiferente entre nós que jamais suscitaria uma dúvida entre estancieiros da nossa nação. [...], mandou amarrá-lo pois a uma árvore e deu-lhe nove vergalhadas. (CALDRE e FIÃO, 1992, p. 109)

Como vemos, é uma diferença de culturas que o autor não esquece de representar, algo inerente a uma sociedade partilhada por nativos e estrangeiros. No entanto, são os aspectos relativos ao que não difere, ao harmonioso no processo de formação da sociedade que recebem a atenção principal no enredo.

REFERÊNCIAS

CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: A Nação, 1975.

MÜLLER, Telmo Lauro. A memória dos teuto-gaúchos. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Org.). *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998. p. 243-248.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

REVERBEL, Carlos. Ensaio biográfico. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.